COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 6.122, de 2009

Torna obrigatório a disponibilização de cadeiras de roda em escolas públicas de todo o território nacional.

Autor: Deputado ROBERTO ALVES

Relator: Deputado LUIZ BASSUMA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.122, de 2009, propõe assegurar que escolas públicas de todo o Território Nacional deverão disponibilizar cadeiras de rodas em suas dependências para alunos com necessidades especiais que necessitem do equipamento para locomoção.

De acordo com o projeto de lei em análise, os responsáveis terão o prazo de cento e oitenta dias, a partir da entrada em vigor da Lei, para cumprirem o que determina. Além disso, determina ainda que o Poder Executivo regulamentará a presente lei, designando órgão responsável pela fiscalização e aplicação da penalidade caso ocorra o descumprimento dessa Lei.

Em sua Justificação, o Autor argumenta que o presente projeto de lei visa a assegurar aos educandos com deficiência física, matriculados na rede pública de ensino, condições adequadas de locomoção na unidade escolar. E que alunos com deficiência que, por dificuldades financeiras, não possuem cadeira de rodas, tenham a garantia da sua utilização durante o período escolar.

A proposição foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família, de Educação e Cultura, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão de Seguridade Social e Família.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em nosso país, conforme dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizado em 2000, 14,5 % da população do Brasil apresenta alguma deficiência, o que representa cerca de 24,5 milhões de pessoas.

A inclusão social da pessoa com deficiência demanda prioridade no planejamento e execução de políticas públicas, de forma a assegurar o respeito aos seus direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho, previdência e assistência sociais, acessibilidade, cultura, turismo, esporte e lazer.

O Projeto de Lei em análise estabelece uma medida de promoção da acessibilidade, pois permitirá o atendimento às peculiaridades da pessoa com deficiência matriculada na rede pública de ensino, a socialização, integração e interação entre pessoas com deficiência e as demais, que favorecem a construção de uma sociedade solidária e respeitosa.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.122, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado LUIZ BASSUMA
Relator